

VESTIBULAR EM XEQUE

ENEM Mais do que uma alternativa de seleção, o exame feito no final do ensino médio poderá melhorar o currículo das escolas

POR PHYDIA DE ATHAYDE

A divulgação do desempenho das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), na terça-feira 28, pelo Ministério da Educação (MEC), criou enorme alarde em torno de rankings e listas de melhores e piores. Tais rankings apenas reforçam velhas novidades. Que as escolas particulares têm melhor desempenho que as públicas, que as públicas destacadas têm métodos e coordenação diferenciados, que professores presentes e bem remunerados interferem positivamente no desempenho de qualquer escola, que o contexto social e familiar do aluno também conta, além de exceções que confirmam a regra. Mas não pode passar despercebido que esta é a despedida do Enem tal como é hoje: uma prova para avaliar a capacidade de o aluno refletir e raciocinar.

Criado há dez anos, o Enem requer habilidade mental e intertextualidade, sem exigir tanto conteúdo do ensino médio. O exame é voluntário e, com o tempo, ganhou importância (teve 157 mil inscritos, em 1998, e mais de 4 milhões, em 2008). Agora, está no epicentro de uma grande discussão que transformará não apenas o currículo e a avaliação do ensino médio como também o processo de seleção para o ensino superior. A prova deste ano, a ser realizada dias 3 e 4 de outubro, terá 200 em vez das atuais 63 questões (mantendo-se a redação), exigirá mais conteúdo e terá importância crescente na seleção para o ensino superior. Muito além do fim do vestibular.

"O Enem inova ao trazer mais questões e segue algumas tendências mundiais", diz Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep), responsável pelo Enem. "As mudanças decorrem do sucesso do exame e de reflexões que vínhamos fazendo. Ficou claro que ele tinha limites, por não exigir conteúdos de ciência nem de humanidades, o que dificultava o uso na seleção para as universidades e, também, comprometia a capacidade de avaliar o ensino médio", explica. A novidade eleva o status do exame, com o objetivo de fazer dele o novo vestibular. "Se não mudássemos o vestibular, ele continuaria pautando o ensino médio."

No início da semana, reitores e pró-reitores das instituições federais de ensino reuniram-se em Brasília com representantes do MEC para tirar dúvidas e discutir mudanças.

MAIS ACESSO. "O custo cresce para nós, mas barateia para o aluno", diz Fernandes, do Inep

Respaldados pela autonomia, saíram dispostos a absorver e implantar as propostas do ministério.

"Das 55 federais, quinze já usam o Enem em alguma etapa da seleção, e quase todas começarão a utilizá-lo de alguma forma a partir deste ano. No ano que vem, o processo estará muito mais amadurecido e, em cinco anos, acredito que possa estar funcionando o sistema unificado de seleção", prevê Amaro Lins, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

As federais têm até 8 de maio para formalizar como utilizarão as notas do Enem em seu processo de seleção. "Queremos a participação de todas, de alguma forma, para começar a reestruturar o currículo do ensino médio", declarou o ministro da Educação, Fernando Haddad, após uma reunião em que se definiu, junto às federais, que o Enem poderá ser usado de quatro maneiras diferentes este ano.

As opções são: como fase única, como primeira fase do vestibular, como fase única para preencher vagas ociosas, após o vestibular ou combinado com o atual vestibular. Dias depois, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) anunciou que usará o Enem já a partir deste ano, e que será decidida até o fim de maio a forma como cada curso da universidade considerará a nota do exame. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por sua vez, descartou o uso do exame este ano, por falta de tempo para adaptar seu processo seletivo ao novo parâmetro.

É natural que a adesão aconteça aos poucos, e a resposta das federais surpreendeu positivamente Fernandes, do Inep. Hoje, mais de 500 universidades e faculdades, públicas ou privadas, utilizam a nota do Enem de alguma forma. O que se espera é que o movimento das públicas, a começar pelas federais, inaugure uma tendência a ser seguida pelas



MARCELLO CASAL JR./AEBR



O FIM DO MASSACRE. Passa a valer mais o raciocínio e menos a capacidade de decorar

demais. Um efeito imediato deve ser a maior adesão ao exame.

Hoje, o Inep aplica 3 milhões de provas (parte dos inscritos não comparece), em todo o Brasil. "É a maior prova do País", gaba-se Fernandes. Ele prevê que o número quase dobre, aproximando-se dos 5 milhões de jovens que atualmente se preparam para prestar vestibular.

No momento há uma equipe de 40 profissionais, além de dois comitês externos, elaborando a nova prova. O novo Enem terá um quesito de segurança distinto das provas clássicas de vestibular. "Posso ter provas diferentes com o mesmo grau de dificuldade, e ainda assim comparar os alunos. Se houver algum problema, ele será facilmente isolado", explica. No novo Enem, o Inep usará a mesma metodologia da Prova Brasil (avaliação das escolas, que é feita com 21 tipos diferentes de prova), embora neste primeiro ano não conte com um banco de itens grande o suficiente para tantas versões. A concepção e

a aplicação do exame custarão ao Inep cerca de 150 milhões de reais. "O custo cresce para nós, mas para o aluno vai ficar muito mais barato", explica Fernandes.

A redução dos gastos para o candidato será maior quanto mais instituições aderirem ao Enem como fase única de seleção. O primeiro passo para o "fim do vestibular" é a possibilidade de o estudante escolher até cinco opções de cursos e instituições que deseja cursar.

A vantagem de o Enem ser uma opção de acesso ao ensino superior não está apenas na economia da taxa de inscrição do vestibular. Vai muito além, na opinião de Carlos

Jamil Cury, professor da PUC-MG e ex-integrante do Conselho Nacional de Educação. "Hoje, leva vantagem quem vem de escola particular. Com o novo Enem, se aumentar a homogeneidade quanto aos conteúdos curriculares, que hoje são muito dispersos, isso diminuirá a desigualdade de oportunidades, que só

não será extinta por conta da brutal desigualdade social do País", explica. A mudança mais significativa, no seu entender, é promover a articulação dos conteúdos do currículo do ensino médio: "Será um avanço e tanto".

A democratização do acesso ao vestibular que o novo exame prenuncia não mudará a relação candidato-vaga. Ser aceito nos centros de excelência do País continuará difícil e concorrido. O coordenador do curso pré-vestibular Anglo, Nicolau Marmo, avalia a influência do Enem: "É muito positivo evitar a decoreba e prestigiar o raciocínio, mas os vestibulares continuarão a exigir conteúdo".

Na USP, o Enem serve para acrescentar até 20% na nota do candidato. Sem planos de extinguir o vestibular, a estadual anunciou mudanças: menos peso à primeira fase (a do "x") e novas questões discursivas multidisciplinares. "O sistema cresceu e amadureceu, a ponto de pedir revisões", diz a pró-reitora de graduação, Selma Pimenta. Em sintonia não programada com o MEC, as universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) planejam unificar a primeira fase de seus vestibulares nos próximos anos. •

As novas regras não mudam a relação de candidatos por vaga. O funil permanece